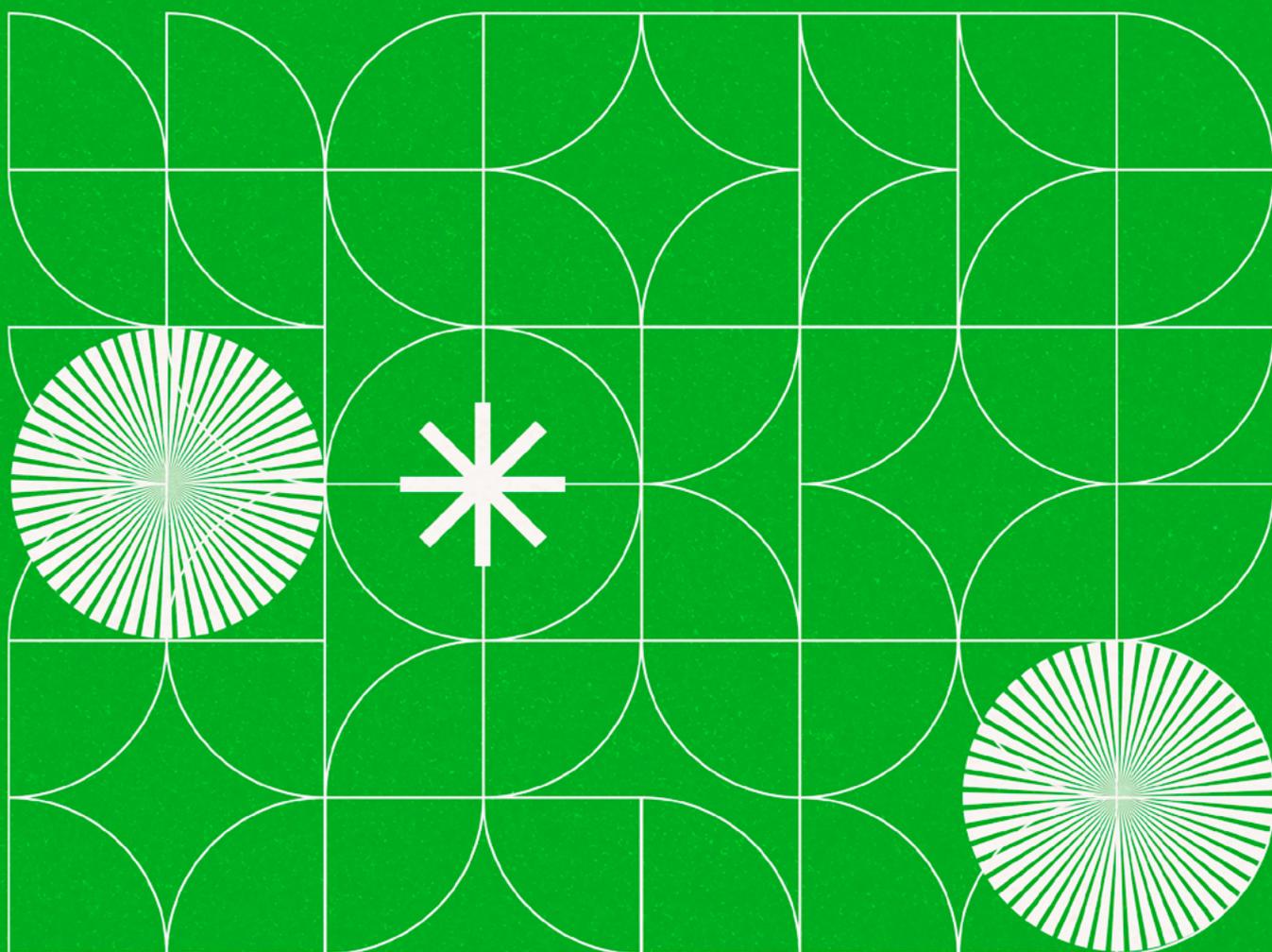


Carta de Recomendações para Políticas Digitais na Amazônia

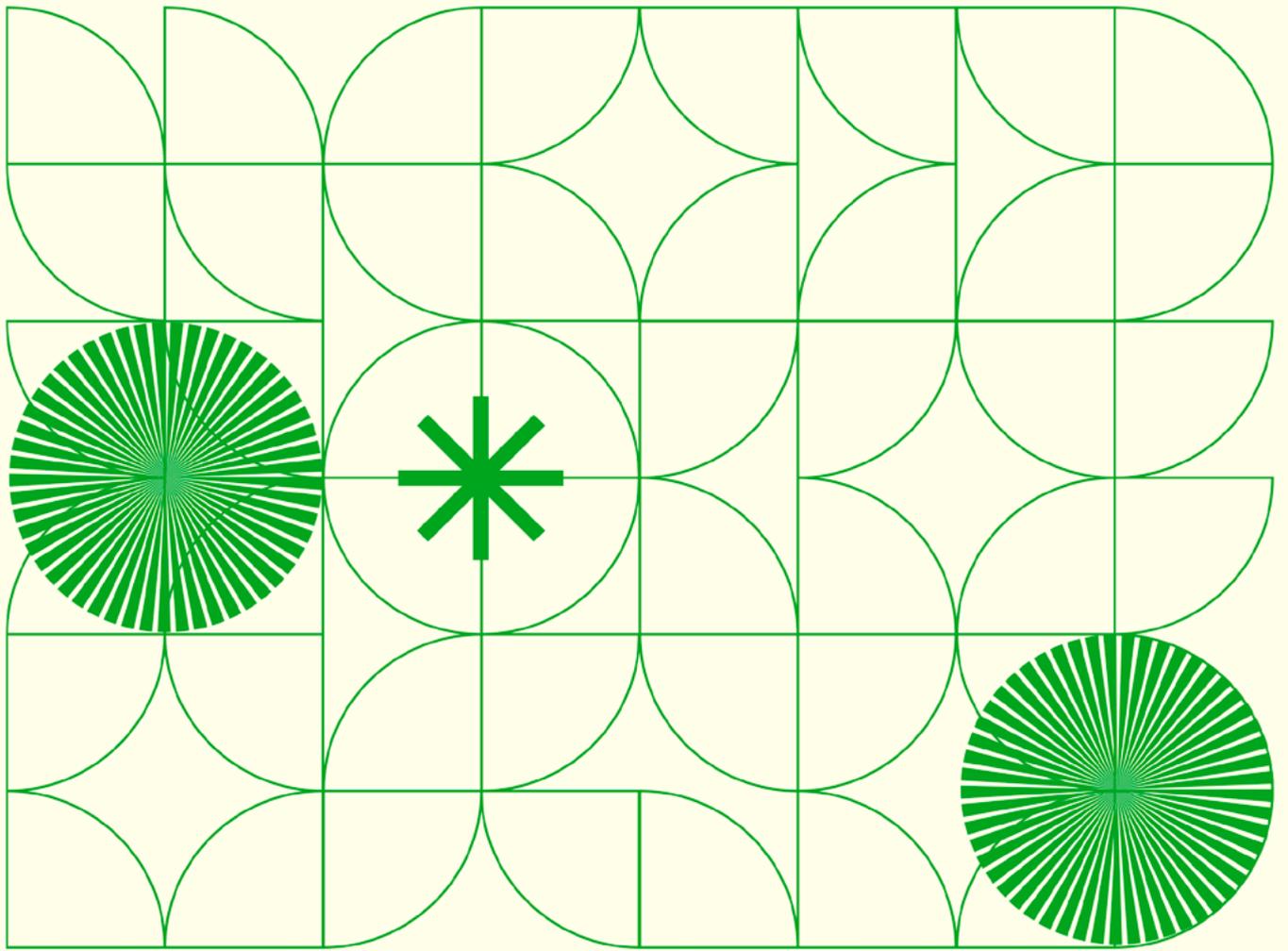


Centro Popular de Comunicação
e Audiovisual (CPA)

Coalizão Tecnopolíticas Pan-Amazônicas



MANAUS
20
23



REALIZAÇÃO

Centro Popular de Comunicação e Audiovisual – CPA

PESQUISA E REDAÇÃO

Allan Gomes

Jéssica Botelho

REVISÃO

Thiane Neves

Lori Regattieri

CONTRIBUIÇÕES

Aymara Llanque

Gustavo Souza

Hemanuel Veras

Jader Gama

Lori Regattieri

Marcos Wesley Pedroso

Mayra Wapichana

Sonaira Silva

Thiane Neves

DESIGN GRÁFICO

Luiz Almeida

APOIO INSTITUCIONAL

Eco-Mídia: Tecnologia em Tempos de Emergência Climática

Ariadne Network: European Funders for Social Change and Human Rights

Mozilla Foundation

APRESENTAÇÃO

A Carta de Recomendações para Políticas Digitais na Amazônia é fruto de diversos encontros promovidos pelo Centro Popular de Comunicação e Audiovisual (CPA), ao lado de parceiros dos territórios amazônicos, engajados na cidadania e no protagonismo dos nossos diante das tecnologias digitais.

O alerta de que a Amazônia continua sob ataque é feito pelos povos originários, populações extrativistas e ativistas socioambientais há décadas. Mesmo diante de inúmeras denúncias, para grande parte da população não amazônica, a região ainda é percebida como uma vastidão intocada, desocupada e que precisa ser explorada. Essa visão é desumanizante por se preocupar apenas com a fauna e a flora, ignorando completamente a escala de violações de direitos das populações.

A Amazônia brasileira é predominantemente indígena e negra, cujos movimentos contribuem significativamente para as lutas e para conquistas de direitos, sendo a comunicação um direito inquestionável, violar este direito e manter a população amazônica alijada das decisões sobre as políticas e direitos digitais, é mais um forte indício de racismo ambiental.

O objetivo deste documento é incidir sobre a agenda brasileira de políticas digitais de forma sistemática com foco nos fóruns, nas organizações, nas pesquisas e

nas políticas públicas. As recomendações enfrentam a disputa tecnológica e digital pela Amazônia e destacam a necessidade de ações coletivas e estratégias eficientes para garantir que a soberania territorial e autodeterminação das comunidades locais, povos e comunidades tradicionais seja prioridade diante da emergência climática e soluções tecnosolucionistas.

A Carta de Recomendações para Políticas Digitais na Amazônia está dividida em 6 eixos: 1 - Por uma Governança da Internet a partir do território; 2 - Conectividade significativa; 3 -- Direito à comunicação e informação; 4 – Agenda interseccional de direitos digitais e justiça climática; 5 – Fortalecimento da sociodiversidade; e 6 – Dados, Digitalização e Sistemas de Automação.

A criação da **Coalizão Tecropolíticas Pan-Amazônicas**, oportunamente lançada em conjunto com esta Carta, é o primeiro passo para um novo momento de debate e articulação política sobre tecnologia a partir do território. Portanto, não esgota as possibilidades de construção coletiva em prol da cidadania amazônida em seus direitos digitais neste cenário de injustiça climática, mas inaugura e convida a somar esforços com o CPA e a Coalizão Tecropolíticas Pan-Amazônicas.

RESUMO EXECUTIVO

- A internet é um instrumento crucial de comunicação e conquista para os povos indígenas, populações ribeirinhas e tradicionais, bem como habitantes dos centros urbanos, fundamental na luta e resistência territorial, especialmente nas áreas de saúde e educação.
- É necessário considerar o contexto das populações na Amazônia ao abordar o tema do acesso à Internet, compreendendo os desafios territoriais e populacionais nos nove estados da região e que ficou conhecido como o custo amazônico.
- A conectividade à internet é comprometida pela infraestrutura insuficiente, um resultado da negligência política e escassez de investimentos. A falta de acesso, ou o acesso insuficiente, evidencia a necessidade de melhorias que busquem a distribuição equitativa.
- Recomendamos investir em conectividade sustentável, garantir equidade no acesso e promover debates participativos sobre governança digital. Além disso, destacamos a preocupação com as práticas de empresas de tecnologia, assemelhadas ao extrativismo digital, e a importância de abordar as disparidades socioeconômicas na discussão sobre conectividade e acesso à internet.
- É crucial promover o empoderamento e o acesso à informação. Recomendamos investir em infraestrutura de comunicação, incluindo acesso à internet, para apoiar veículos de comunicação na região, fortalecer a transparência na disponibilização de dados, implementar programas de educação digital e assegurar a sustentabilidade financeira dos meios jornalísticos locais para enfrentar os desertos de notícias e desinformação socioambiental.
- A fumaça das queimadas na região amazônica, um problema anual, ilustra como a Internet das Coisas, por meio da internet, globaliza a divulgação dessa situação. Qualquer cidadão pode acessar informações sobre a qualidade do ar na região e entender como esse impacto se propaga globalmente.
- É importante uma abordagem abrangente e interconectada para lidar com desafios socioambientais, evidenciando o papel crucial da tecnologia na busca por justiça climática.
- É essencial promover a produção de dados que destaque não apenas a geografia,

mas também as comunidades locais, povos indígenas e quilombolas na Amazônia, visando uma compreensão mais complexa da região.

- Isso inclui o combate à desinformação socioambiental e ao discurso de ódio, protegendo os envolvidos na produção de dados e na defesa da Amazônia, ao mesmo tempo em que promove a solidariedade transnacional.
- A abordagem também visa promover a igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças, garantindo que todas as pessoas tenham acesso aos mesmos direitos digitais.
- Propomos, na Amazônia, estimular o uso de software livre e a participação das comunidades na construção de bases de dados, com foco em experiências brasileiras ligadas à terra e à agroecologia.
- Destacamos a importância da participação democrática no debate sobre dados, garantindo transparência e governança na região.
- Alertamos para os cíclicos modelos de colonialismo de dados praticados nos territórios amazônicos
- Enfatizamos a necessidade de desenvolver tecnologias para gestão participativa e benefícios locais. Defende-se contra o extrativismo de dados por grandes empresas estrangeiras, buscando orientar o progresso tecnológico para atender às necessidades específicas da Amazônia, promovendo igualdade, respeito às diferenças e acesso universal aos benefícios tecnológicos.
- A relação entre tecnologias de automação e modelos preditivos na agricultura no Brasil está intimamente ligada à busca por soluções em resposta às demandas de commodities globais e a financeirização da natureza. A integração da inteligência artificial tem sérios impactos ecológicos e pode perpetuar desigualdades já existentes e levanta preocupações sobre a gestão de dados.

Eixo 1 – Por uma Governança da Internet a partir do território

Para alcançar o objetivo de uma abordagem descentralizada, multissetorial e transparente, cuja construção envolve a cooperação global e o respeito aos direitos humanos, as instâncias de Governança da Internet abrangem uma ampla variedade de questões no desenvolvimento dos princípios, normas e processos que orientam o desenvolvimento e uso da Internet, incluindo acesso à rede, privacidade, segurança cibernética, inovação tecnológica, liberdade de expressão online, entre outras.

Nesse sentido, nossas recomendações visam promover uma abordagem mais holística na Governança da Internet, considerando não apenas questões tecnológicas, mas também os impactos socioambientais e comunicacionais nos territórios amazônicos.

Recomendações

1. Construção de uma agenda regionalizada na Governança da Internet: espaço fixo de debate dedicado à Amazônia no Fórum da Internet no Brasil (FIB), o envolvimento ativo e amplo de povos tradicionais como protagonistas; a inclusão da agenda amazônica no Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI); oferta de aulas sobre colonialismo de dados com uma ótica regional na Escola de Governança da Internet (EGI). Essa abordagem não se limita a entidades nacionais, estendendo-se também às esferas subnacionais.
2. Participação Comunitária: Incentivar a participação ativa das comunidades afetadas nas decisões relacionadas à infraestrutura de comunicação, considerando as diversas perspectivas e necessidades locais: camponeses, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, baixadas urbanas, movimentos de mulheres, de trabalhadores, movimentos populares e todos os demais historicamente ativos nos territórios da Amazônia brasileira;
3. Regulação e Transparência: Reforçar as regulamentações para garantir a transparência nas práticas de negócios de empresas estrangeiras e assegurar que essas operações estejam alinhadas com os interesses de territórios

tradicionais da Amazônia brasileira.

4. Atentar para a não neutralidade da tecnologia, destacando a importância de considerar os impactos socioambientais, criando grupos de trabalho com especialistas socioambientais e representantes de grupos atingidos e/ou vulneráveis, em que pese a construção de uma regulamentação que inclua soluções para mitigação das práticas prejudiciais imbricadas à tecnologia em questão.
5. Fomento ao debate sobre Governança da Internet em nível subnacional para estender as discussões sobre as políticas referentes às tecnologias digitais para comunidades rurais e baixadas urbanas, promovendo a participação ativa desses grupos nos fóruns e espaços de debate.

Eixo 2 – Conectividade significativa

Consideramos imprescindível questionar a qualidade da conexão, examinar como as pessoas utilizam redes e tecnologias, e considerar diversas perspectivas para aprimorar a compreensão da conectividade significativa no território.

O debate sobre conectividade na região e como isso impacta a vida em diferentes áreas nessas localidades se relaciona com o princípio da universalidade da rede (previsto no [decálogo para governança](#) e uso da internet no Brasil), que indica esse acesso como fundamental para o desenvolvimento social e humano, o que em grande parte da Amazônia não acontece.

Recomendações

1. Reconhecer e enfrentar a deficiência na infraestrutura de internet na Amazônia, investindo em melhorias para assegurar uma conexão adequada e justa. Além disso, questionar e reconsiderar a propriedade e o acesso à internet na região, buscando uma distribuição mais equitativa e inclusiva desse recurso essencial.
2. Garantir que a expansão da conectividade, especialmente em áreas subatendidas como a Amazônia, seja realizada de forma sustentável, promovendo a inclusão digital sem comprometer a soberania comunitária. Além disso, que o acesso seja equitativo ao garantir que a expansão à internet não seja exclusiva para determinadas regiões ou grupos.
3. Desenvolvimento de plataformas participativas utilizando software livre, mo-

deladas a partir da experiência do [Plantaformas](#) para fomentar a governança aberta, organização social e a participação efetiva dos povos amazônicos¹.

4. Atentar para o papel das Big Techs na lógica do extrativismo digital, semelhante às práticas de grandes mineradoras e petroleiras, e ressaltar a intencionalidade por trás dos “desertos de notícias” na Amazônia, visando manter a população ignorante para facilitar a violação de direitos.
5. Ao discutir a internet como um direito que possibilita o acesso a outros direitos, destacamos a importância da infraestrutura e como a lógica capitalista de consumo imediato impacta diferentes territórios e comunidades em vários níveis².

Eixo 3 – Direito à comunicação e informação

Apesar dos desafios na infraestrutura de internet na Amazônia, é essencial atuar pelo empoderamento e garantia do acesso à informação, pois muitas vezes, as notícias recebidas não refletem a realidade local. Destaca-se a necessidade de criar e fortalecer mídias locais para garantir informações contextualizadas, promovendo o direito à informação na região.

Além disso, é crucial incentivar diversas narrativas, incluindo não apenas histórias de precariedade, mas também as de inovação e conhecimento dos povos tradicionais amazônicos.

Recomendações

1. Reconhecer e enfrentar os desafios específicos dos veículos de comunicação na Amazônia, incluindo a falta de acesso à internet em muitos territórios. Investir em infraestrutura de comunicação para ampliar a disseminação de notícias e informações nas várias regiões amazônicas.
2. Defender a promoção de maior transparência na disponibilização de dados, especialmente relacionados a questões ambientais, visando superar desafios

1 É crucial estimular debates abrangentes sobre a governança de plataformas que atendam também a processos democráticos, envolvendo diversas partes interessadas, a fim de garantir transparência, representatividade e evolução contínua.

2 A conectividade vai além da mera acessibilidade à internet, abrangendo problemas de infraestrutura, como falta de energia elétrica e interrupções devido a condições climáticas. A discussão sobre conectividade também engloba questões de autonomia na utilização da internet, considerando desafios como o acesso individual, limitações de franquias e práticas como o “zero rating”. A exclusão se manifesta quando o acesso à conectividade significativa é impedido, especialmente para as classes D e F, onde o acesso via smartphone, muitas vezes com restrições, contrasta com a realidade da classe A, que utiliza computadores e notebooks com mais liberdade. Esses elementos fazem parte do amplo debate sobre conectividade, evidenciando a necessidade de considerar fatores diversos para garantir um acesso equitativo à internet.

como o apagão de informações.

3. Educação Digital: Promover programas de educação digital na região, capacitando a comunidade a discernir fontes confiáveis, identificar desinformação e participar construtivamente do ambiente digital.
4. Considerar a sustentabilidade financeira dos veículos jornalísticos locais ao buscar recursos provenientes de plataformas em processos regulamentares, para garantir sua independência e fortalecimento; e ainda repensar as regras para financiamento de iniciativas, coletivos, organizações de comunicação e jornalismo com vistas ao combate de [desertos de notícias e desinformação socioambiental na Amazônia](#)

Eixo 4 – Agenda interseccional de direitos digitais e justiça climática

A urgência da crise climática destaca o Brasil e os países da Pan-Amazônia nas discussões globais e destaca a necessidade de integrar a discussão socioambiental à governança da internet, ressaltando as violações nos territórios amazônicos causadas pelas tecnologias.

Assim, os debates e estratégias nesse campo desempenham um papel vital na interseção entre infraestrutura digital, dinâmicas de relacionamento e o exercício de poder diante dos desafios climáticos, incluindo potenciais medidas de reparação socioambiental.

O horizonte é uma governança democrática e participativa, que inclua a representação efetiva de grupos vulneráveis e regiões historicamente negligenciadas nos debates nacionais. Nesse sentido, articular uma agenda socioambiental amazônica é essencial nesse contexto.

Recomendações

1. Coordenar esforços em debater a criação de uma infraestrutura de dados e tecnologias informacionais sustentáveis, adaptadas aos ambientes presentes e futuros da Pan-Amazônia
2. Estabelecer mecanismos de monitoramento rigoroso sobre a expansão e impacto de modelos de negócios com tendências ao monopólio e concentração de tecnologias, considerando [seu rápido crescimento na Região Norte](#) e realizando avaliações de impacto socioambiental abrangentes nestas áreas - consideran-

do ainda questões como garimpo ilegal e suas ramificações.

3. Explorar o potencial da tecnologia, como sensoriamento remoto e inteligência artificial, para monitorar e combater problemas ambientais, como desmatamento e incêndios, considerando o contexto de apagão de dados.
4. Atenção ao extrativismo mineral predatório, principalmente na exploração de lítio na Bolívia (essencial para a tecnologia de baterias) e de [ouro retirado ilegalmente de terras indígenas brasileiras](#). Empresas devem ser transparentes sobre suas práticas e responsabilizadas de acordo com os danos socioambientais que provocam³.
5. Recomenda-se investigar a presença de órgãos internacionais ou coalizões discutindo, no âmbito da ONU, medidas contra grandes empresas de tecnologia e problemas como o lixo eletrônico. É essencial compreender como essas empresas, ao produzirem no Norte Global e descartarem resíduos nas cidades africanas, perpetuam formas contemporâneas de colonização, incluindo a extração de minérios na Amazônia. Urge também analisar a atuação do Brasil nesse contexto. Para proteger a Amazônia tanto digital quanto fisicamente, é crucial desenvolver estratégias coletivas de resistência e defesa diante desses desafios interconectados.

Eixo 5 – Fortalecimento da sociodiversidade

Essas recomendações visam fortalecer a produção e acessibilidade de dados sobre a Amazônia, promovendo uma compreensão mais completa e embasada para o desenvolvimento de políticas e ações na região.

Recomendações

1. Promoção de narrativas diversificadas por meio do incentivo à produção de dados que não apenas abordam a geografia e a biodiversidade, mas também destacam as populações amazônicas, promovendo uma compreensão mais complexa da Amazônia.
2. Promoção de Solidariedade Transnacional: Incentivamos a promoção contínua da solidariedade transnacional na internet, estimulando a colaboração entre diferentes regiões do mundo para compartilhamento de infor-

³ É crucial promover uma narrativa transnacional para denunciar práticas prejudiciais, reconhecendo a interconexão entre tecnologia, geopolítica e impactos territoriais. A reflexão sobre a exploração de recursos naturais torna-se imperativa na era tecnológica, buscando equilíbrio entre avanços tecnológicos e sustentabilidade

mações e enfrentamento de desafios comuns.

3. Mitigação da terceirização por organizações sediadas no Sudeste do Brasil: Enfrentar desafios relacionados à formação do ecossistema de organizações é fundamental, com ênfase na necessidade de superar entraves para que essas entidades desempenhem um papel mais proeminente, ativo e responsável para o fortalecimento institucional de organizações amazônicas no campo da tecnologia.
4. Descentralização na pesquisa e na compreensão das realidades locais, evitando generalizações e considerando as singularidades, fomento à pesquisa de campo, entrevistas qualitativas e coleta de dados primários para obter uma compreensão mais rica e contextualizada das experiências.
5. Destaque à subjetividade no processo de sentir e utilizar a tecnologia, enfatizando a necessidade de considerar as diferentes formas de vivenciar e incorporar a tecnologia no cotidiano, especialmente em contextos regionais e territoriais diversos e ainda o estímulo à criação e fortalecimento de redes latino-americanas com abordagens diversas e não lineares nos estudos sobre tecnologias, promovendo métodos e objetos variados, reconhecendo a complexidade do tema e rompendo com concepções preestabelecidas.

Eixo 6 – Dados, Digitalização e Sistemas de Automação

Essas recomendações visam garantir a transparência, participação, explicabilidade, segurança, responsabilidade e benefícios para as comunidades locais em processos de coleta e gestão de dados, digitalização e sistemas de automação relacionados à Amazônia, abordando questões fundiárias, a sociobiodiversidade e o conhecimento, buscando garantir a soberania dos territórios, povos e comunidades tradicionais.

Recomendações

1. Software Livre e Participação na Construção de Bases de Dados: Estimular o uso de software livre e promover a participação das comunidades afetadas na construção de bases de dados. Destacar as experiências brasileiras e promover uma abordagem participativa na coleta, produção e uso de dados relacionados à terra, agricultura e agroecologia.
2. Envolvimento Democrático na Governança de Dados: Promover uma partici-

pação democrática efetiva no debate sobre dados, especialmente em questões de soberania, para evitar mitos e falsas dicotomias, garantindo que a discussão sobre a Amazônia envolva infraestruturas públicas, transparência e governança.

3. Neocolonialismo de Dados: Alertar sobre o movimento neocolonial do extrativismo de dados, ressaltando a importância do Brasil não apenas produzir dados, mas também desenvolver tecnologias que garantam uma gestão participativa e benefícios para as comunidades afetadas.
4. Extrativismo de Dados: Combater a exploração descontrolada de dados por grandes empresas de tecnologia estrangeiras, assegurando que o progresso tecnológico seja orientado para atender às necessidades das pessoas e dos territórios impactados.
5. Digitalização e Automação acessíveis para povos e comunidades tradicionais:⁴ Garantir que tecnologias geoespaciais, sensoriamento remoto e iniciativas de dados abertos estejam acessíveis para a agricultura familiar e a agroecologia, bem como para povos e comunidades tradicionais, reconhecendo e respeitando a escala desses atores nos modos de cultivo e da cadeia produtiva da sociobiodiversidade.

4 Estudos da organização GRAIN mostram como o uso da automação via sistemas de processamento em larga escala de dados e da digitalização de informações sobre terras no Brasil, beneficia poucos e vem fortalecendo a concentração de acesso à crédito. Outra questão crítica, segundo o mais recente relatório da GRAIN, descreve como a criação de “perfil digital de terras” que localiza e quantifica espaços geográficos com foco na “governança sustentável”, acaba intensificando uma abstrata relação de valor com o território. Leia mais em: Digitalização da terra: mais dados, menos terras <https://grain.org/en/article/6830-digitalizacao-da-terra-mais-dados-menos-terras>

SOBRE O CPA

O Centro Popular de Comunicação e Audiovisual (CPA) é uma organização que opera em colaboração com diversas entidades e movimentos sociais, dedicando-se à promoção dos direitos humanos. Com base em Manaus/AM, o CPA está ativo desde 2016, estendendo suas ações a diversos territórios na região amazônica. Seu foco permanente é impulsionar atividades que explorem as interseções entre comunicação, cultura, direitos humanos e tecnologias.

Mais em: [CPA Amazônia](#)

SOBRE A COALIZÃO

A Coalizão Tecnopolíticas Pan-Amazônicas é um grupo de ativistas, pesquisadores, organizações e movimentos sociais reunido em prol dos direitos digitais no horizonte da justiça socioambiental e climática para populações da Pan-Amazônia. Participando de eventos, produzindo conhecimento dentro e fora da academia, incidindo sobre espaços de tomada de decisão, somos orientados por uma visão holística a partir do território.

Histórico

A Coalizão Tecnopolíticas Pan-Amazônicas começou a ganhar corpo em 2022 a partir da realização do painel “Amazônia na Internet - Dados, redes e ativismos” no Fórum da Internet, mas a construção de uma rede de atores no campo das tecnologias digitais vêm de alguns anos com a presença dos integrantes do Centro Popular de Comunicação e Audiovisual (CPA) nos espaços de debate e formação de Governança da Internet; midiativismo

Manifesto

A Coalizão Tecnopolíticas Pan-Amazônicas é uma convocação para discussão e ação conjunta diante de desafios históricos, propondo o enfrentamento às assimetrias no campo das tecnologias digitais centrada na Amazônia. Nos acolhemos no desafio à lógica de extração predatória e na proposta de uma abordagem centrada na vida, na saúde mental e na dignidade. A Coalizão Tecnopolíticas Pan-Amazônicas é um chamado à visão interconectada e solidária para elaborar estratégias e soluções comprometidas com a preservação dos territórios e a potência da vida.

